

# BOLETIM INFORMATIVO

# CAO.EDUCAÇÃO

Setembro/2022



**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



# APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

# SUMÁRIO

|                                                  |    |
|--------------------------------------------------|----|
| AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....  | 4  |
| NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS..... | 5  |
| NOTÍCIAS DO MPF.....                             | 11 |
| NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....           | 12 |
| NOTÍCIAS DIVERSAS.....                           | 13 |

## EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação  
Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação  
Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial  
Marcos André dos Santos Junior - Auxiliar Ministerial

# NOTÍCIAS DO MPMT



## [Secretarias apresentam estratégias para minimizar impactos na pandemia](#)



Deficiência de aprendizagem, evasão escolar e aumento da ansiedade entre os estudantes são alguns dos reflexos da pandemia da Covid-19 na Educação. Atento a esse cenário e em busca de alternativas para minimizar o déficit educacional, o Ministério Público de Mato Grosso promoveu uma nova reunião do Fórum Intersetorial de Acompanhamento dos Planos de Educação (Fiape), na sede das Promotorias de justiça de Cuiabá. Na pauta, assuntos como avaliação diagnóstica nas redes de ensino, acolhimento e retomada das atividades, recuperação da aprendizagem e busca ativa escolar.

## [MPMT e TCE encaminham parceria pela melhoria da educação no estado.](#)

Ao invés de atuar apenas de forma fiscalizatória e punitiva quando são detectadas irregularidades, falhas ou omissões dos gestores públicos, agir preventivamente e orientativamente em busca da melhoria da qualidade da educação pública de Mato Grosso. Este é o objetivo de uma parceria cujos primeiros passos foram dados no dia 18/08/2022, entre o Ministério Público Estadual (MPE) e o Tribunal de Contas do Estado, em reunião de membros do MPE que atuam na área da Educação, liderados pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, a Procuradora de Justiça Titular da Especializada da Cidadania e Consumidor, Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres e o conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Neto, coordenador do Comitê de Educação da Corte de Contas.



## [TAC garante construção de Centro Municipal de Educação Infantil](#)

Foi inaugurado em Sapezal (a 480 km de Cuiabá), o novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil Luzia Maggi Scheffer. A obra foi viabilizada com recursos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pela Promotoria de Justiça da comarca com uma empresa agropecuária, há cerca de dois anos. A unidade atenderá 650 crianças de um a cinco anos de idade, nos períodos matutino, vespertino e turno integral.

## Ministério Público faz palestras sobre violência escolar em Nobres



Preocupado com aumento do índice de violência nas escolas após o retorno das atividades presenciais, o Ministério Público de Mato Grosso realizou uma série de palestras em Nobres (a 146km de Cuiabá). Foram visitadas as escolas Municipal Zeferino Dorneles Costa, e Estadual Marechal Cândido Rondon, no Distrito de Coqueiral, à tarde. Cerca de 330 alunos participaram das ações.

## MP debate defesa da Saúde Pública e da Educação Pública pós-pandemia

A Procuradoria de Justiça Especializada em Cidadania e Consumidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso promoveu, nos dias 18 e 19 de agosto, o “Encontro Estadual em Defesa da Saúde Pública e da Educação Pública Pós-pandemia”, com objetivo de capacitar integrantes da instituição e aperfeiçoar as atividades desempenhadas no âmbito da saúde e da educação, bem como atender ao estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional (PEI).



## Evento nacional encerra com carta de proposta para uma agenda comum pela educação

Durante três dias representantes dos órgãos de controle de todo o país, gestores educacionais, sociedade civil e educadores discutiram e refletiram sobre o cenário da política pública educacional e as necessidades de ação para a melhoria contínua da sua qualidade. Os debates foram durante o IV Simpósio Nacional de Educação e do III Encontro Nacional dos Promotores e Promotoras de Justiça da Educação que aconteceu de 9 a 11 de agosto, em Florianópolis. No encerramento do evento, os representantes do Ministério Público de Santa Catarina e do Tribunal de Contas do Estado fizeram a leitura da carta de compromisso que tem como objetivo propor uma agenda comum pela educação. Lei a carta na íntegra [aqui](#).



## [MPSC - Aprovada lei para distribuição de ICMS aos Municípios considerando índices educacionais](#)

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) aprovou, no dia 16/08/2022 a lei criando uma nova forma de distribuição da cota de 25% do ICMS que cabe aos municípios, contemplando o "ICMS Educacional", parcela que será dividida levando em conta índices de qualidade educacional. A proposta aprovada contou com a articulação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), que integrou a comissão formada pelo Poder Executivo para sua construção. Agora, para a lei entrar em vigor, falta apenas a sanção do Governador do Estado e a publicação no Diário Oficial.

## [MPCE discute avanços e desafios da educação inclusiva](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), realizou evento on-line sobre "Educação Inclusiva: Avanços e Desafios". A programação teve como objetivos fomentar o debate sobre o direito à educação, difundir ações de inclusão para pessoas com deficiência e, dessa forma, fortalecer a atuação do Ministério Público e dos agentes sociais que atuam na seara educacional. O evento foi aberto ao debate entre os palestrantes e o público em geral. A programação pode ser conferida na íntegra [aqui](#).

## [MPPE reúne gestores públicos, profissionais da educação e da saúde, pais e mães para debater a intersetorialidade na educação inclusiva](#)



Para discutir como aplicar a intersetorialidade na aplicação das políticas públicas de educação inclusiva, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) reuniu profissionais da educação e da saúde, pais e mães para um seminário. o evento foi aberto ao debate entre os palestrantes e o público em geral. A programação pode ser conferida na íntegra [aqui](#).

## [MPSC cria grupo permanente para fortalecer atuação na defesa do direito à educação](#)

Descumprimento de metas dos planos de educação, altos índices de evasão escolar e a infraestrutura precária das escolas são alguns dos fatos aos quais estará atento o recém-criado Grupo de Atuação Especializado em Educação (GAEDUC), do Ministério Público de Santa Catarina. Instituído pela Procuradoria-Geral de Justiça, o GAEDUC atuará em todo o estado servindo como suporte para Promotores e Promotoras de Justiça em casos que envolvam violações do direito à educação praticadas nas redes municipal ou estadual de ensino.

## [MPAP reúne com Tribunal de Contas do Amapá para debater projetos e ações futuras na área da Educação](#)

O Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional (CGCAO) e dos Centros de Apoio da Infância e Juventude (CAO-IJ) e o da Educação (CAO-EDU), reuniu com representantes do Tribunal de Contas do Amapá (TCE-AP), no Complexo Cidadão Centro. O objetivo foi a apresentação de projetos em curso e futuras parcerias entre as instituições. A conselheira substituta do TCE-AP, Terezinha de Jesus Botelho, e a auditora de Controle Externo, Regiane Guedes Rodrigues, apresentaram o projeto institucional “Juntos Pela Educação”, que visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação e das políticas públicas de educação no Estado do Amapá.

## [MPBA e TCE-BA discutem ações para política educacional](#)

O Ministério Público Estadual da Bahia, por meio do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), Adalvo Dourado, reuniu-se, com a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carolina Matos, para discutir ações voltadas à política educacional e a implantação de uma agenda comum de atuação. O encontro também contou com a presença do procurador Danilo Andrade, do Ministério Público de Contas, e de servidores do TCE e do MP. Na reunião, foram abordados temas como a evasão escolar, o programa de georreferenciamento do MPBA o ICMS Educação e a customização do aplicativo sobre transporte escolar legal.

## [MPBA e Ministério Público federal discutem projeto de educação inclusiva em rede pública de ensino da Bahia](#)

O Ministério Público estadual, por meio Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), e o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão na Bahia do MPF, estiveram em reunião para discutir a educação inclusiva na rede pública de ensino da Bahia. No encontro, o MP estadual apresentou o Projeto Educação Inclusiva, criado em 2014 e que tem como objetivo ampliar o direito à educação, em especial, das pessoas com deficiência, para garantir o acesso, participação, permanência e aprendizagem.

## [MPSP - Atuação do GEDUC beneficia mais de 1.800 crianças que esperavam vagas em creches de Ribeirão Preto](#)

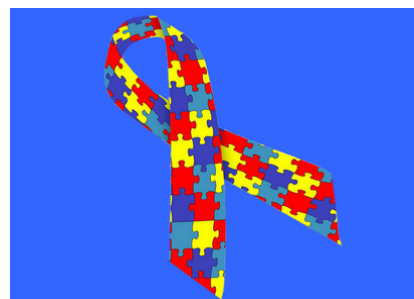
O núcleo de Ribeirão Preto do Grupo de Atuação Especial da Educação (Geduc) obteve a concessão de liminares em um conjunto de ações civis públicas que beneficiam mais de 1.800 crianças que estavam sem vaga nas creches. O Geduc ajuizou as ações a partir de junho de 2022, já que a prefeitura local não atendeu administrativamente à demanda registrada no Cadastro Geral Único, mesmo com a volta das atividades presenciais.

## MPSP - Criado plano de ação contra bullying em escolas estaduais de Várzea Paulista

Após a realização de reuniões e a expedição de recomendação pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Várzea Paulista, todas as unidades escolares estaduais do município, coordenadas pela Diretoria Regional de Ensino, implementaram plano de ação visando a prevenir, diagnosticar e reparar a prática de bullying no ambiente escolar. As ações realizadas pelas escolas municipais no 1º semestre de 2022 consistiram em análise da prática de bullying nas escolas, capacitação dos professores para atuação na temática, elaboração de material de divulgação, escuta dos alunos e pesquisa junto a eles, além de encontros e outras iniciativas.

## Ação do MPGO requer que Estado indenize aluno autista de colégio militar de Valparaíso de Goiás que foi obrigado a cortar o cabelo

O Ministério Público de Goiás (MPGO) propôs ação de reparação por dano moral contra o Estado de Goiás, por violação à dignidade e constrangimento de adolescente no espectro autista, aluno do Colégio Estadual Céu Azul, em Valparaíso de Goiás. A unidade escolar possui regime de gestão compartilhada cívico-militar. Segundo aponta o promotor e Justiça Daniel Naiff da Fonseca, o adolescente foi constrangido pelo comandante e diretor da escola a cortar o cabelo, mesmo contra sua vontade.



## MPGO encaminhará a governador nota técnica que aponta inconstitucionalidade em projeto de lei que veda abordagem de questões de gênero nas escolas do Estado

Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio do procurador-geral de Justiça Aylton Flávio Vechi, encaminhará ao governador Ronaldo Caiado nota técnica institucional que apresenta manifestação contrária à sanção do Projeto de Lei nº 64/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa de Goiás no dia 24 de agosto. O mencionado projeto de lei veda que sejam desenvolvidas políticas de ensino ou sejam adotadas no currículo disciplinas que “tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”.

## MPPI expede recomendação sobre o transporte escolar na zona rural de Coivaras

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio da Promotoria de Justiça de Alto Longá, expediu recomendação ao prefeito municipal de Coivaras para que adote todas as providências necessárias visando à regularização imediata da rota do trajeto dos veículos do transporte dos alunos do ensino infantil/fundamental da localidade Duvidosa, zona rural do município.

## [MPCE cobra que Prefeitura de Quixadá adote tempo integral em metade das escolas públicas](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Quixadá, recomendou, nesta segunda-feira (22/08), que a Prefeitura do Município adote providências administrativas, com a finalidade de assegurar o cumprimento de meta do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação, que prevê a implantação de regime de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

## [MPDFT - norma que institui homeschooling no DF é inconstitucional](#)

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), publicou, em 5 de agosto, entendimento sobre o ensino domiciliar e a Lei Distrital nº 6.759/2020. De acordo com os promotores de Justiça, a norma que institui o ensino domiciliar no Distrito Federal é inconstitucional por contrariar a Constituição Federal e a legislação aplicável ao tema. O documento revoga nota técnica anterior da Proeduc sobre a matéria.

## [MPAM investiga falta de transporte escolar fluvial em escola municipal ribeirinha](#)

O Ministério Público do Amazona (MPAM) abriu um inquérito civil após moradores da zona rural do município de Manaus denunciarem que os alunos da Escola Municipal São Luiz de Gonzaga, localizada no Lago do Puraquequara, estão há quase dois anos sem transporte escolar fluvial.

## [MPMA questiona taxas em escolas militares](#)

O Ministério Público do Estado do Maranhão ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, o Comando Geral da Polícia Militar e o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. A Ação requer a suspensão da cobrança de taxas aos pais e responsáveis de alunos matriculados no Colégio Militar 2 de Julho e Tiradentes I. A 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís apurou que, no Colégio Militar Tiradentes, são exigidos vários pagamentos mensais: R\$ 90 de “taxa de manutenção”; R\$ 110 de “cursinho pré-vestibular”; R\$ 30 para aquisição de camisa para uso aos sábados (obrigatória) e R\$ 130 de custos para a colação de grau. Além disso, há valores para a aquisição de materiais didáticos do Sistema Positivo.

## [MPRN consegue determinação judicial para que Estado torne acessíveis mais 10 escolas de Mossoró](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio da 18ª promotoria de Justiça de Mossoró, obteve decisão judicial favorável no Juízo da 2ª Vara da Fazenda

Pública da cidade condenando o Governo do Estado a promover as intervenções necessárias para adequar mais 10 escolas estaduais localizadas no município às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O prazo estabelecido pela Justiça para o Poder Público proceder com a reforma/adequação das unidades educacionais é de 12 meses. Caso as medidas determinadas pela Justiça não sejam implementadas no prazo mencionado, o governo ficará sujeito à multa diária de R\$ 2 mil.



### [MPRS - Evento debate como as escolas podem contribuir na prevenção e no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes](#)

Com o intuito de contribuir com a formação dos profissionais da educação e da rede de proteção do público infanto-juvenil com relação a múltiplas formas de violência, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, em parceria com as secretarias Estaduais de Educação e de Saúde, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do RS (Undime/RS), do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS) e da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RS), promoveu o evento “Contribuições das Escolas na Prevenção e no Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes”.

### [MPRS instaura comissão de busca ativa escolar](#)

O Ministério Público em Alegrete instaurou comissão de Busca Ativa Escolar que visa encaminhar os casos de alunos fora do ambiente escolar, entendendo o motivo de estarem fora ou não se manterem nas escolas, promovendo as medidas necessárias para solucionar o problema. Estiveram presentes no ato a Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Luiza Trindade Losekann, e representantes da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Assistência Social do município de Alegrete.

### [MPAL ajuíza ação para que municípios de Joaquim Gomes e Flexeiras prestem contas e não sejam impedidos de receber verbas para educação](#)

O Ministério Público do Estado de Alagoas ajuizou duas ações civis públicas para obrigar as Prefeituras de Joaquim Gomes e Flexeiras a cumprirem com suas obrigações constitucionais no tocante à Educação, mais precisamente sobre o repasse de informações à União a respeito de medidas administrativas adotadas pelas gestões nessa área. A iniciativa do promotor de Justiça Leonardo Novaes Bastos é fazer com que os municípios não deixem de receber o ‘Valor Aluno Ano por Resultados’ (VAAR), benefício criado para ajudar os entes federados na melhoria de políticas educacionais.



### [MPF quer saber se município de Ariquemes \(RO\) cumpriu reajuste aos professores](#)

O Ministério Público Federal (MPF) quer saber se o município de Ariquemes (RO) está cumprindo a determinação de investir 70% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na remuneração dos profissionais da educação e se implementou o reajuste no vencimento básico dos professores no percentual de 33,24% definido pelo governo federal.



### [MPs estadual e federal discutem projeto de educação inclusiva em rede pública de ensino da Bahia](#)

Na Bahia, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), esteve em reunião na última terça-feira (16) com o Ministério Público Estadual (MP-BA), representado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), para discutir a educação inclusiva na rede pública do estado.

### [MPF recorre para aumentar pena de ex-prefeita de Joca Claudino](#)

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com recurso contra decisão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) que reduziu a pena de Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa Dantas, ex-prefeita do Município de Joca Claudino (PB), de 13 anos de reclusão para cinco anos. Por meio de acórdão do TRF5, a ex-gestora foi punida apenas pelo crime de desvio de recursos públicos provenientes do Ministério da Educação. O caso se refere à Operação Andaime, deflagrada em 2015, pelo MPF, Polícia Federal (PF) e Controladoria-Geral da União (CGU) para combater desvio de recursos e fraudes em licitações em várias cidades nordestinas.

# NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

## [STF derruba exigência de lei mineira para isenção de IPVA em transporte escolar](#)



Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional condição imposta por lei de Minas Gerais para conceder isenção de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a veículos utilizados para o serviço de transporte escolar que não seja contratado por prefeitura: ser filiado a cooperativa ou sindicato. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5268, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

## [STF amplia prazo para Minas Gerais regularizar contratos temporários no ensino público](#)

Por unanimidade de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou em 24 meses o prazo para que o Estado de Minas Gerais adote as medidas necessárias para cumprir a decisão da Corte que invalidou a legislação estadual que permitia a convocação temporária de profissionais, sem vínculo com a administração pública, para funções de magistério na educação básica e superior do estado na ausência do titular do cargo ou no caso de vacância. Na sessão virtual finalizada em 15/08, a Corte acolheu parcialmente pedido do governador, Romeu Zema, para estender o prazo.





## OUTRAS NOTÍCIAS

### [UNICEF e Undime lançam guia 'Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede' para fortalecer atuação intersetorial](#)

As causas da exclusão escolar no Brasil são múltiplas. Garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e todos os adolescentes na escola requer a mobilização de uma série de políticas, atores sociais e órgãos de diferentes áreas, como saúde, assistência social, planejamento, além do Sistema de Justiça e da sociedade civil. Para orientar esses diferentes grupos sobre a importância de uma ação conjunta, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) lançam o guia [Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede](#), que também conta com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

### [Educadores relatam aumento de violência nas escolas.](#)



Sete em cada dez professores relatam um aumento de violência nas escolas, especialmente entre os próprios alunos. Entre os fatores para a agressividade observada na volta às aulas presenciais, os entrevistados destacam o aumento de transtornos mentais e o empobrecimento das famílias durante a pandemia, por exemplo.

### [PF investiga irregularidades em programa de alfabetização no Piauí](#)

A Secretaria de Estado e Educação do Piauí (Seduc) é alvo da Operação Aquarela, deflagrada na manhã desta sexta-feira (2) pela Polícia Federal (PF). Ela investiga irregularidades em contratos firmados entre a Seduc e empresas prestadoras de serviços educacionais no programa de alfabetização de jovens e adultos.

### [Câmara aprova criação de Política Nacional de Educação Digital](#)

A Câmara dos Deputados aprovou a criação da Política Nacional de Educação Digital. A proposta busca promover competências informacionais e digitais, ferramentas online, capacitação e pesquisa para estimular a inclusão digital. A matéria segue para análise do Senado.

## [MEC - Educação especializada é tema de reunião técnica em Mato Grosso](#)

Em Cuiabá, Mato Grosso, representantes do Ministério da Educação (MEC) estão reunidos com dirigentes municipais, estaduais e distritais e profissionais que trabalham com as ações da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp). O evento visa estabelecer contato com os entes federados, a fim de fortalecer o regime de colaboração entre União, estados e municípios. Objetiva, também, estabelecer pontos de atenção no que diz respeito ao monitoramento dos programas da Semesp e fortalecimento do atendimento especializado de estudantes com deficiência, por exemplo.



## [Rio Branco \(AC\) institui Busca Ativa Escolar como política pública](#)

Visando fortalecer a Busca Ativa Escolar e atender às estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, o município de Rio Branco, capital do Acre, instituiu a estratégia como política pública contínua por meio de um decreto publicado no dia 22 de agosto de 2022. O decreto publicado no Diário Oficial do Estado tem o objetivo de assegurar que o município deve promover a busca ativa de crianças e adolescentes em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

## [Lei de Diretrizes Orçamentárias é sancionada com vetos para educação](#)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que ajuda a definir os gastos do Executivo para 2023, foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira (10), com previsão de salário mínimo de R\$ 1.294. O texto (Lei 14.436) teve 36 vetos que ainda vão ser analisados pelo Congresso. Entre eles, vetos que impedem aumento de recursos para institutos federais, universidades federais, alimentação escolar e bolsas de permanência para estudantes.

## [Justiça Restaurativa realiza atividades com 230 alunos e profissionais do município de Sinop](#)

Mais de 230 pessoas participaram de atividades realizadas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa (Nugjur) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que realizou Círculos de Construção de Paz na comarca de Sinop. Ao todo 7 escolas, além de unidades municipais de assistência social, participaram das atividades que buscam reduzir a violência promovendo a Cultura da Paz, entre os dias 26 e 30.



## [Programa Caminho da Escola é atualizado por meio de decreto](#)



O Decreto nº 11.162, de 4 de agosto de 2022, estabelece que caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação, coordenar a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Programa. Com a nova resolução, o Programa permitirá a aquisição de veículos por meio da adesão à ata de registro de preços nacional gerenciada pelo FNDE e será financiado por meio de: dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação; linhas de crédito concedidas por instituições financeiras; ou recursos próprios ou de outras fontes dos entes federativos que aderirem ao Programa.



**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Centro de Apoio Operacional de Educação**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)